

# HG 759 Tópicos Especiais em História da Filosofia Moderna 11

Graduação, 1º semestre de 2017

Prof. Silvio Seno Chibeni - Departamento de Filosofia, IFCH, Unicamp

## Prova 2 (26/6/2017.)

### Observações:

- É permitida a consulta a textos impressos, exclusivamente, textos esses que não poderão circular entre os alunos.
- Questões com valores iguais (2,0 cada).
- Responda de forma *objetiva*. Seja sucinto, mas não esquemático. Cuide para que cada sentença faça sentido completo e seja compreensível por uma pessoa que não conheça o assunto. Indique o número da questão e os *sub-itens* que está respondendo. Não responda em bloco.

### Questões:

(Responda a 5 das 6 questões a seguir, escolhendo-as livremente. Nas respostas, mantenha a numeração das questões. Se responder a 6, o professor **não** escolherá as 5 respostas melhores para você. Portanto, responda a **apenas** 5.)

1. Considere uma mãe, Maria, que, a exemplo de tantas mães, um dia veja sua filha Joana num certo contexto e diga a alguém que está por perto: “Tenho orgulho de minha filha!”. Assuma a perspectiva de Hume e explique o conteúdo dessa afirmação, indicando quais os sentimentos e relações envolvidos, sua natureza, causas e objeto(s).
2. a) Como Hume caracteriza o fenômeno da simpatia em 2.1.11.2? Como ele o explica em 2.1.11.3? b) Diante disso, avalie criticamente a tese do psicólogo canadense Paul Bloom, em entrevista na *Folha de S. Paulo* (26/3/2017), de que, racionalmente e em nome da ética, *deveríamos procurar suprimir a simpatia de nossas mentes* (na linguagem dele, “empatia”)? (Comente, em particular, a afirmação em itálicos, lembrando-se de considerar a simpatia como um tipo de *paixão*, na acepção filosófica desse termo.)
3. a) Como, segundo Hume, os filósofos naturais de sua época defendiam o determinismo no mundo físico, ou seja, que nesse mundo não há “acaso” ou “liberdade”? b) Como Hume adapta essa defesa para o caso de sua tese, de que não há acaso ou liberdade *nas deliberações da vontade*?
4. a) Na seção 2.3.3 Hume defende que, isoladamente, a razão nunca pode constituir motivo para nenhuma ação da vontade. Qual, resumidamente, é essa defesa, tal qual apresentada nos parágrafos 2 e 3? b) Como, diante disso, *Hume* se posicionaria com relação à tese do Desembargador Aloísio de Toledo César, defendida em artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* (17/6/2017), de que, em recente julgamento da chapa Dilma-Temer, os ministros do TSE se dividiram entre aqueles que “substituíram a razão pela vontade” (Benjamin, Fux e Weber) e os que não o fizeram, “agindo pela razão” (Gilmar, Napoleão, Admar e Tarcísio)? (É para analisar essa tese *filosoficamente*, não politicamente!)
5. Na primeira seção da parte 1 do livro 3 do *Tratado* Hume procura refutar a opinião filosófica clássica de que as distinções morais derivam da razão. O primeiro e mais importante argumento oferecido por Hume depende crucialmente da tese, defendida em 2.3.3, de que a razão nunca pode, por si só, determinar nenhuma ação da vontade. Exponha sinteticamente o argumento de Hume, tal qual exposto nos parágrafos 5 e 6.
6. Um segundo argumento para a mesma tese, ou seja, que as distinções morais não derivam da razão, é apresentado por Hume no parágrafo 9 dessa mesma seção 1. Que argumento é esse?

## Respostas:

1. Para que a paixão do orgulho surja em Maria, ela deve ter observado algo em Joana que lhe cause prazer, como por exemplo, um gesto de bondade, um traço de inteligência, a beleza do semblante, etc. Depois, Maria deve ter presente a relação que tem com Joana, no caso, de ser a mãe de Joana. Quando essa relação próxima e peculiar se junta ao sentimento de prazer inicial, surge espontaneamente em Maria outro sentimento prazeroso, o orgulho propriamente dito. O objeto dessa paixão é, portanto, Maria; sua causa, a característica de Joana que lhe causou prazer ou satisfação.
2. a) A simpatia é definida por Hume como a propensão que temos de “receber por comunicação” (2.1.11.2) os sentimentos alheios, “mesmo que diferentes ou contrários aos nossos”. Essa é a caracterização clássica do fenômeno, da qual, aliás, deriva seu nome, em grego. Citando o parágrafo 3: “Quando uma afecção se infunde por simpatia, ela se faz inicialmente conhecer apenas por seus efeitos, e pelos sinais externos na face [da pessoa] e na conversação, sinais que nos dão uma ideia daquela afecção [sentimento que a pessoa tem]. Depois, tal ideia converte-se em uma impressão, adquirindo tal grau de força e vividez que se transforma [em nós] na própria paixão, produzindo uma emoção igual à afecção original [da outra pessoa]”.  
 b) A simpatia envolve a ocorrência de uma paixão. Ora, enquanto paixão, esse sentimento não é voluntário; surge espontaneamente em certas circunstâncias, dada a natureza humana (e possivelmente animal também). Logo, não é algo sobre o que tenhamos controle. A recomendação de Bloom é, portanto, inexequível, independentemente das razões que ele possa oferecer para considerar a simpatia indesejável, ética ou racionalmente. Seria como não gostar que o coração bata mais rápido quando se corre, e recomendar que eliminemos esse fenômeno de nossa fisiologia.
3. A defesa do determinismo no mundo físico se baseia, segundo Hume, na regularidade dos fenômenos nele observados. Em particular, a “união constante” de certos objetos ou eventos é que dá a nós a ideia de que estão necessariamente ligados causalmente, já que não temos acesso à sua “conexão última”. (Essa argumentação é desenvolvida na terceira parte do livro 1 do *Tratado*, e resumida, agora, em 2.3.1.4, de onde as expressões entre aspas acima foram tiradas.) Se houvesse acaso, pelo menos alguns fenômenos seriam intrinsecamente irregulares – ou seja, não poderíamos atribuir eventuais irregularidades observadas apenas ao nosso conhecimento imperfeito dos fenômenos. b) Hume adapta essa tese do determinismo para o âmbito do homem, mantendo que sua vontade também é determinada por causas de maneira estrita. Neste caso as causas seriam a conjunção de três itens: motivos, temperamento (ou caráter) e circunstâncias (ibidem). Se tivéssemos conhecimento completo desses itens, poderíamos prever todas as deliberações da vontade; ficaria patente a regularidade perfeita, ou conjunção constante de tais causas e seus efeitos.
4. O entendimento divide-se, segundo Hume, em dois domínios: o da razão, no sentido estrito, de faculdade que descobre verdades intuitivas e demonstrativas; e o da razão no sentido ampliado por Hume, de faculdade que se ocupa das inferências causais (ou de “probabilidades”). Ora, “demonstração e volição parecem ... totalmente afastadas

uma da outra”, na medida em que a primeira se ocupa do “mundo das ideias”, enquanto que a vontade “nos coloca no mundo das realidades”. A razão demonstrativa não pode, portanto, operar sobre a vontade. Por outro lado, embora haja uma segunda espécie de raciocínio quando procuramos descobrir as relações de causa e efeito, e raciocínios desse tipo nos auxiliem a tomar nossas decisões práticas, não são eles, em si, que movem a nossa vontade. Ela é movida exclusivamente por sentimentos – em particular, pelo prazer e pela dor. Os raciocínios causais nos ajudam a descobrir o que contribui para o prazer e o que evita a dor, e nessa medida estão envolvidos nas deliberações da vontade, mas apenas indiretamente. b) Segundo a teoria de Hume, portanto, num sentido literal não podemos afirmar que nenhuma decisão ou ação seja determinada pela razão. No caso em questão, os votos dos ministros que absolveram a chapa Dilma-Temer foram tão determinados pelas paixões – isto é, por determinados sentimentos – como os dos outros ministros. Ser determinado pelas paixões, genericamente, não é algo que possa ser criticado, pois não pode ser de outro modo. O argumento do desembargador Toledo César deveria indicar *como* certas paixões específicas teriam sido determinantes para as decisões dos dois grupos de juízes, podendo-se criticar, apenas, os raciocínios, fatos e leis auxiliares envolvidos.

5. *(Resposta à questão idêntica, n. 24, da Lista 2, disponibilizada na página do curso:)* Nesse argumento Hume toma como premissa, derivada do fato de que a moral é considerada filosofia prática e comprovada pela experiência, que a moral influencia a vontade, na determinação de nossas ações. Ora, se a moral fosse derivada da razão, ou seja, se pertencesse ao seu domínio, não poderia influenciar a vontade, pelo argumento dado em 2.3.3. “A moral excita paixões, e produz ou inibe ações. A razão é, em si, completamente impotente para fazer isso. As regras morais, portanto, não são conclusões da razão.”(3.1.1.6).
6. *(Resposta à questão idêntica, n. 25, da Lista 2, disponibilizada na página do curso:)* Hume inicia esse parágrafo lembrando que a razão, em seu sentido amplo, da província do entendimento, é a faculdade que se encarrega da “descoberta da verdade e da falsidade”. Tais noções, a seu turno, dizem respeito a relações, quer de ideias com ideias, quer de ideias com coisas reais, ou “questões de fato”. Mas é evidente que nossas paixões, volições e ações não envolvem tais relações, sendo “fatos e realidades originais, completos em si mesmos”. “É impossível, portanto, que elas sejam ditas verdadeiras ou falsas, nem conformes ou contrárias à razão”. (3.1.1.9)